



GEDES

Grupo de Estudos de Defesa
e Segurança Internacional

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE
DEFESA E FORÇAS ARMADAS**

INFORME BRASIL Nº 10/2019

Período: 06/04/2019 – 12/04/2019

GEDES - UNESP

- 1- Pesquisa indicou posicionamento da população em relação ao golpe de 1964
- 2- Periódico analisou material didático sobre regime militar
- 3- Levantamento apontou que maioria da população brasileira apoia a presença de militares no governo
- 4- Exército determinou prisão de militares envolvidos no assassinato de músico no Rio de Janeiro
- 5- Comentários sobre o assassinato de músico no Rio de Janeiro por membros do Exército
- 6- Vice-presidente Mourão discutiu crise na Venezuela com Mike Pence
- 7- Militares têm receio de que crise no Ministério da Educação continue
- 8- Orçamento de 2020 prevê aumento para os militares
- 9- Filme sobre golpe militar foi exibido na Assembleia Legislativa de São Paulo

1- Pesquisa indicou posicionamento da população em relação ao golpe de 1964
De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, o resultado de uma pesquisa realizada pelo instituto Datafolha indicou que 57% dos entrevistados afirmaram que a data do golpe militar de 1964 deve ser desprezada, enquanto 36% afirmaram que o 31 de março “merece comemorações”; e 7% não responderam ou não quiseram opinar sobre o tema. O questionário foi realizado após a determinação do presidente da República, Jair Bolsonaro, de que o Ministério da Defesa realizasse as “comemorações devidas” em referência aos 55 anos do golpe, em 31/03/19. De acordo com a *Folha*, entre os que declararam “desprezo” pela data, a maioria pertence aos estratos mais jovens, mais escolarizados e com maior renda familiar mensal. Já nos grupos com maior aprovação às comemorações estão entrevistados com preferência partidária pelo Partido Social Liberal (PSL) ou pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), e eleitores de Bolsonaro. Em coluna opinativa para *O Estado de S. Paulo*, o escritor Luis Fernando Verissimo comentou que no Brasil há três grupos que divergem sobre o que ocorreu em 31 de março de 1964 e seus desdobramentos. O primeiro argumenta que houve um golpe e uma ditadura; o segundo nega o primeiro; já o terceiro grupo aceita que houve um golpe e uma ditadura, mas argumenta que embora os fatos confirmem isso, não se deve dar importância a eles. Para Verissimo, “continuar negando que houve um golpe e 20 anos de um

regime discricionário é continuar vivendo uma farsa”. (Folha de S. Paulo – 06/04/19 – Poder; O Estado de S. Paulo – Ilustrada – 11/04/19)

2- Periódico analisou material didático sobre regime militar

O periódico *Folha de S. Paulo* teceu comentários críticos quanto aos pronunciamentos do Presidente da República, Jair Bolsonaro, segundo o qual não houve golpe em 31 de março de 1964 e a natureza do regime vigente entre 1964 e 19685 não foi uma ditadura. O jornal também registou que o ex-ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, demonstrou interesse em alterar os livros didáticos para remover fatos que denotem a existência de uma ditadura no Brasil entre 1964 e 1985, sob o discurso de que são afirmações não verídicas e tendenciosas da história. A *Folha*, em vistas disto, analisou cinco livros do Programa Nacional do Livro Didático de 2018 voltados ao ensino médio. Segundo o periódico, com o emprego do termo “golpe” para se referir ao acontecimento de 1964, ainda que sem um consenso sobre o uso apenas de “golpe”, “golpe militar” ou “golpe civil-militar”, nenhum dos livros está, em seu discurso, enviando os acontecimentos históricos que o precedeu e que indicam “um movimento de radicalização dos dois lados do espectro político”, por utilizarem-se de fatos comprovados por especialistas. Em entrevista a *O Estado*, o novo ministro da Educação, Abraham Weintraub, após ser perguntado sobre rever a ditadura militar nos livros didáticos, afirmou que não entraria na discussão. Para Weintraub, houve uma ruptura em 1964, mas dentro das regras. Conforme o ministro, “houve uma contrarrevolução”, o que não caracterizaria uma ditadura, mas sim “regime de exceção”. (Folha de S. Paulo – Poder – 07/04/19; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 07/04/19; O Estado de S. Paulo – Política – 10/04/19)

3- Pesquisa indica que 60% dos entrevistados apoia a presença de militares no governo

De acordo com pesquisa do instituto Datafolha publicada pelo periódico *Folha de S. Paulo*, 60% dos entrevistados apoiam a presença de militares no governo do presidente da República, Jair Bolsonaro. O levantamento foi realizado entre os dias 02/04/19 e 03/04/19 em 130 municípios brasileiros e ouviu 2086 entrevistados. A margem de erro é de dois pontos percentuais, para mais ou para menos. Outros 36% dos entrevistados consideram a presença de militares no governo negativa, 2% se disseram indiferentes e 3% não souberam responder. Segundo a *Folha*, a aprovação é maior entre homens do que entre mulheres, e entre entrevistados aposentados, idosos com mais de 60 anos e evangélicos. Entretanto, tal aprovação diminui quando considerados os entrevistados com escolaridade de nível superior (54%), jovens de 16 a 24 anos (52%) e detentores de renda familiar mensal acima de dez salários mínimos. Dentre as regiões do país, o menor índice de aprovação foi registrado no Nordeste (53%) e o maior no Centro-Oeste/Norte (67%). Em editorial, a *Folha* relembrou que as Forças Armadas estão entre as instituições de maior prestígio no país e não são relacionadas “à balbúrdia, à corrupção e à crise econômica produzidas nos últimos anos pela política tradicional”, sendo capazes de satisfazer anseios por autoridade e ordem. O periódico defendeu que “nada há de errado, por si só, na presença de membros das Forças Armadas em postos-

chave da administração”, mas que o alto número de militares no atual governo “suscita preocupações”, pois sinaliza que Bolsonaro não possui conhecimento de nomes qualificados para além da caserna, como em universidades, no empresariado, em entidades da sociedade civil e políticos profissionais: “É um sintoma, pois, de sua desconexão com a diversidade brasileira”. A consequência desta opção, segundo a *Folha*, é a possibilidade de que projetos e políticas públicas sejam enviesados, “seja pela visão de mundo, seja pelos interesses corporativos”, como por exemplo nos desdobramentos da proposta de reforma da previdência que irá exigir “bem menos sacrifícios da caserna que do restante dos setores”. Sobre o tema, o vice-presidente da República, general Hamilton Mourão, durante o evento Brazil Conference, em Boston, nos Estados Unidos, afirmou que a participação de militares no governo gera um risco de associação: “Se nosso governo falhar, errar demais, não entregar o que está prometendo, essa conta irá para as Forças Armadas, daí a nossa extrema preocupação”. (Folha de S. Paulo – Opinião – 08/04/19; Folha de S. Paulo – Poder – 08/04/19)

4- Exército determinou prisão de militares envolvidos no assassinato de músico no Rio de Janeiro

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, no dia 08/04/19 foi decretada a prisão em flagrante de 10 dos 12 militares envolvidos no assassinato do músico Evaldo Rosa dos Santos, na tarde do dia 07/04/19, na zona norte do Rio de Janeiro. Através de investigação, o Exército conseguiu identificar contradições entre a versão contada pela equipe e as informações que o Comando recebeu. Os dez militares foram afastados e levados à Delegacia de Polícia Judiciária Militar para que os depoimentos fossem recolhidos. Os militares envolvidos alegam que foram alvo de tiros dos ocupantes do veículo, o que foi negado por amigos das vítimas, que afirmam que o veículo levava uma família, incluindo uma criança de sete anos. Está a cargo do Exército a investigação, porém o delegado Leonardo Salgado, da Delegacia de Homicídios da Polícia Civil, informou que não há provas de que os ocupantes do carro fossem bandidos ou que reagiram diante da abordagem dos militares. A perícia da Polícia Civil confirmou mais de 80 tiros e não encontrou nenhuma arma com os ocupantes do veículo. Segundo o delegado, há indícios que houve fuzilamento e “uma ação totalmente desproporcional e sem justificativa”. Segundo a *Folha* e *O Estado de S. Paulo*, no dia 10/04/19, a Justiça Militar decidiu manter 9 dos 10 militares presos, e o Ministério Público Militar resolveu acusá-los de homicídio e tentativa de homicídio. De acordo com o *Correio Braziliense*, a *Folha* e *O Estado*, o ministro da Defesa, Fernando Azevedo e Silva, disse que o episódio foi um “incidente lamentável”, e que as Forças Armadas vão fazer o que for preciso para que os autores da ação sejam responsabilizados pela morte de Santos. Em coluna opinativa para a *Folha*, o colunista Janio de Freitas criticou a falta de manifestação sobre o ocorrido por parte do presidente da República, Jair Bolsonaro, e do governador do estado do Rio de Janeiro, Wilson Witzel. Segundo Freitas, “o crime foi cometido no estado do Rio, em circunstâncias que exigiam diversas providências do governante estadual e prontas satisfações aos seus, digamos, governados. O crime foi cometido por soldados do Exército, em atividade armada, e, portanto, sob responsabilidade federal da Presidência da República”. Conforme a *Folha*, Witzel disse que não lhe cabia “fazer juízo de valor ou tecer crítica” porque a Polícia Militar fluminense não estava envolvida

no caso; e acrescentou que “é preciso que a auditoria militar e a Justiça Militar e o Exército faça as devidas investigações”. (Correio Braziliense – Brasil – 10/04/19; Correio Braziliense – Brasil – 11/04/19; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 09/04/19; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 11/04/19; Folha de S. Paulo – Poder – 11/04/19; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 09/04/19; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 11/04/19)

5- Comentários sobre o assassinato de músico no Rio de Janeiro por membros do Exército

Segundo o periódico *Correio Braziliense*, o assassinato do músico Evaldo dos Santos Rosa em ação das Forças Armadas no Rio de Janeiro, na qual foram disparados 80 tiros contra o carro da família do músico, levou à reflexão sobre o emprego das Forças Armadas nas atividades de segurança pública. De acordo com o coronel e ex-secretário nacional de Segurança, José Vicente da Silva, a solução de conflitos é parte do treinamento, procedimento e rotina da polícia militar (PM). Para o coronel “o pessoal do Exército, quando fala em ir para a rua fazer papel de segurança pública, não tem a técnica para resolução de conflitos, que a PM aprende na academia e na rotina”. De acordo com os especialistas consultados pelo jornal, a técnica de atirar em caso de furo de bloqueios é equivocada, sendo aceitável atirar contra um indivíduo apenas em caso de autodefesa. Os especialistas ainda ressaltaram que a fuga de um bandido não pode ser configurada como legítima defesa. A pesquisadora do Núcleo de Estudos da Violência e Segurança Pública da Universidade de Brasília (UnB), Maria Stela Grossi, afirmou que o uso do Exército para a segurança pública é complicado porque “eles têm um preparo diferente, com outros objetivos. Eles estão preparados para guerra, defesa da nação, ou conflitos internos, e não para trabalhar nas ruas. É disfuncional, inapropriado. A população não pode ser vista como inimiga.”. Em editorial, a *Folha de S. Paulo* comentou que a morte de Santos mostra quais são os riscos de deixar que as Forças Armadas atuem com poder de polícia. Segundo a *Folha*, o aumento da criminalidade criou a ilusão de que os militares poderiam resolver o problema, além de expor que uma parcela da população estava disposta a apoiar as ações policiais. Para a *Folha*, em relação ao caso Santos, o Exército deve agora “apresentar providências urgentes a respeito dos envolvidos na ação escabrosa”. Em coluna opinativa a *Folha*, Hélio Schwartzman criticou a ação do Exército que resultou na morte do músico, afirmando que o acontecimento “é a prova material de que há algo de errado nas práticas das forças de segurança brasileiras”. O colunista ressaltou a necessidade de haver protocolos de engajamento que considerem a utilização de armas, porém limitem o uso para casos excepcionais. A doutora em sociologia e professora de gestão de políticas públicas na Universidade de Brasília (UnB), Ana Paula Antunes, afirmou ao *Correio* que “o Estado está violando os direitos fundamentais à vida e à integridade física da população negra e periférica do país” e levantou a possibilidade de impunidade dos militares em decorrência da alteração do Código Penal Militar, na qual “os crimes praticados por militares das Forças Armadas contra civis durante ações de ‘garantia da lei e da ordem’ serão processados e julgados pela Justiça Militar da União”. Em coluna a *Folha*, o jornalista e autor de obras sobre a história do regime militar, Elio Gaspari, ressaltou que os integrantes das Forças Armadas não são profissionais treinados para operações policiais. (Correio Braziliense – Brasil – 09/04/19;

Correio Braziliense – Brasil – 10/04/19; Correio Braziliense – Brasil – 11/04/19; Folha de S. Paulo – Opinião – 10/04/19; Folha de S. Paulo – Poder – 10/04/19; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 10/04/19; Folha de S. Paulo – Opinião – 11/04/19; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 11/04/19; Folha de S. Paulo – Poder – 11/04/19; Folha de S. Paulo – Opinião – 12/04/19; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 11/04/19)

6- Vice-presidente Mourão discutiu crise na Venezuela com Mike Pence

De acordo com os periódicos *Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*, o vice-presidente da República, Hamilton Mourão, se reuniu no dia 08/04/19 com o vice-presidente norte-americano, Mike Pence, e negou a possibilidade de intervenção militar na Venezuela. Mourão informou que a pressão realizada pelos EUA sobre o regime de Nicolás Maduro deve assegurar o fim do governo chavista. Os norte-americanos sugeriram que Mourão poderia utilizar sua experiência como “líder com formação militar” para aconselhar membros das Forças Armadas da Venezuela a se afastar do chavismo. Em entrevista após a reunião, Mourão comentou que Maduro já perdeu a habilidade de liderar as Forças Armadas venezuelanas, assim como a questão econômica está saindo do controle e este é o momento em que as Forças Armadas terão que tomar o controle e “abrir o caminho para a saída do governo Maduro”. Quando questionado por Pence a respeito da posição do Brasil sobre a crise venezuelana, Mourão informou que “nenhum de nossos países irá intervir na Venezuela de maneira militar. A questão militar é dos venezuelanos”. Segundo a *Folha*, o presidente da República, Jair Bolsonaro, afirmou que ele é o responsável por decidir sobre uma possível invasão militar na Venezuela, mas que consultaria o Congresso brasileiro e o Conselho de Defesa Nacional neste caso. O presidente acrescentou que a “vanguarda do processo é dos Estados Unidos” e que Donald Trump comentou que a respeito da situação da Venezuela “todas as possibilidades estão na mesa”. A afirmação de Bolsonaro contrasta o posicionamento do vice-presidente Hamilton Mourão, que rejeita a medida. Conforme *O Estado*, em reunião com senadores dos Estados Unidos, Mourão foi indagado sobre o contato dos militares brasileiros com os venezuelanos. Segundo Mourão, “o ministro da Defesa venezuelano tem algum tipo de contato com nosso ministro e nós temos oficiais mais novos, tanto do Brasil como da Venezuela, que fizeram cursos juntos nos últimos anos e essa turma se comunica no canal informal”. Conforme o general, deve ser mantida a “pressão política e econômica e a questão das Forças Armadas venezuelanas terem condição de neutralizar as milícias e os coletivos por lá”. (Folha de S. Paulo – Mundo – 09/04/19; Folha de S. Paulo – Mundo – 10/04/19; Estado de S. Paulo – Internacional – 09/04/19; Estado de S. Paulo – Internacional – 10/04/19)

7- Militares têm receio de que crise no Ministério da Educação continue

Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, a saída de Ricardo Vélez do Ministério da Educação causou desconfiança na ala militar do governo do presidente da República, Jair Bolsonaro, uma vez que a pasta estava paralisada e um dos motivos era a divergência entre os militares e o grupo ideológico influenciado por Olavo de Carvalho, que havia apoiado Vélez para o cargo. As duas alas possuem histórico de divergências em política externa e na educação, ademais, Olavo

recentemente trocou críticas públicas com o vice-presidente da República, general Hamilton Mourão, e com o ministro da Secretaria de Governo, general Carlos Alberto dos Santos Cruz. Oficiais gerais da ativa e da reserva próximos a Bolsonaro auxiliaram na escolha do novo ministro, supostamente um nome técnico e “gestor respeitado no mercado e na academia”. Segundo a *Folha*, ainda que o novo Ministro da Educação, Abraham Weintraub, seja economista e tenha experiência como professor universitário, seu nome é pouco conhecido no meio. O jornal afirmou que Weintraub é uma “figura introvertida”, que raramente cede entrevistas. Militares e empresas do setor queriam indicar o ex-secretário da Educação de Santa Catarina, Eduardo Deschamps, que presidiu o Conselho Nacional de Educação durante a gestão de Mendonça Filho na pasta. O ex-secretário pernambucano Mozart Neves Ramos também foi cotado para o cargo. (Folha de S. Paulo – Educação – 09/04/19)

8- Orçamento de 2020 prevê aumento para os militares

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, os militares serão a única categoria do setor público que poderá ter aumento de salário, segundo o projeto de diretrizes Orçamentárias de 2020. De acordo com a *Folha*, a decisão que favorece as Forças Armadas será feita antes da aprovação do projeto de reestruturação de carreira dos militares. Segundo o jornal, a decisão do governo é mais uma forma de compensação para os militares por causa da reforma Previdenciária. (Folha de S. Paulo – Mercado – 11/04/19)

9- Filme sobre golpe militar foi exibido em Assembleia Legislativa de São Paulo

De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, houve uma saudação ao coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, ex-comandante do Destacamento de Operações de Informações (DOI), do 2.º Exército, e ao delegado Sérgio Paranhos Fleury, do antigo Departamento de Ordem Política e Social da Polícia Civil de São Paulo, o Dops, ambos símbolos da repressão e tortura durante a ditadura militar, com aplausos e risos, em uma sessão para a exibição do filme “1964”, na Assembleia Legislativa de São Paulo. Segundo o jornal, o filme exibido justifica o golpe de 31/03/1964 como necessário para “deter o comunismo”. Ao final da exibição, houve uma mesa de debate com parlamentares e o ex-delegado Paulo Oppido Fleury, filho de Sérgio Paranhos Fleury. (Estado de S. Paulo – Política – 10/04/19)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Bruna Carolina da Silva Souto (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); David Succi Junior (Supervisor, doutorando em Relações Internacionais, bolsista Fapesp); Débora Maria dos Reis Pinto (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Gabriela Fideles Silva (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutora em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Leonardo Dias de Paula (Supervisor, mestrando em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Leonardo Molina Ferreto (Redator, graduando em Relações Internacionais); Solano Pereira d'Oliveira (Redator, graduando em Relações Internacionais).